

Medidas para o controle total dos empréstimos ao setor público

por Maria Clara R. M. do Prado
de Brasília

Duas providências estão sendo ultimadas na esfera econômica do governo com vistas a manter sob absoluto controle o empréstimo tomado pelo setor público para a rolagem da dívida externa. Uma delas passa pela substituição do chamado Aviso MF-09 — instrumento pelo qual as estatais, estados e municípios podem contratar empréstimos-pontes junto ao Banco do Brasil (BB) para rolagem de amortizações e encargos, enquanto não são fechados os contratos de reempréstimo com os bancos credores.

A intenção é criar um mecanismo de empréstimo com características de prazo mais longo e amarrá-lo, definitivamente, aos prazos e finalidades previstos, segundo o perfil da dívida de cada mutuário. A Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest) se encarregará de monitorar o processo.

O novo mecanismo introduzirá um outro rigor na concessão de empréstimos para o setor público: vai

prorrogar os prazos de quarentena dos depósitos em moeda estrangeira, que ficam centralizados no Banco Central (BC), e que são repassados via reempréstimo para os mutuários finais, conforme os termos da Resolução nº 479. Hoje, as liberações dos depósitos em moeda estrangeira para os tomadores do setor público estão escalonadas na base de 20% em 150 dias, 40% em 180 dias e 40% em 210 dias, a contar da data de ingresso no Banco Central.

Estas medidas estão sendo aprofundadas pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Seplan), Conjuntamente com o Ministério da Fazenda e com o Banco Central, e estão intimamente ligadas às condições que foram recentemente negociadas com os credores internacionais para o reescalonamento do principal da dívida externa que venceu em 1985.

Conforme revelou a este jornal o secretário especial para assuntos econômicos da Seplan, Paulo Nogueira Baptista Júnior, a tática in-

terna a ser adotada no sistema de reempréstimo — envolvendo o total de US\$ 6,1 bilhões de amortizações relativas a 1985 — vai funcionar também como um importante instrumento com vistas a acabar de vez com os leilões de recursos que faziam do reempréstimo um alto negócio para os bancos credores.

O governo não tem condições de medir o volume de recursos negociados diretamente entre bancos credores e mutuários finais, principalmente a partir de fins de 1984, envolvendo comissões e taxas extras que foram pagas à revelia do Banco Central como forma de assegurar os contratos. “A prática era tão corrente que alguns bancos chegavam a publicar em revistas especializadas, que circulam no meio financeiro internacional, as comissões “por fora” que estavam disponíveis para os interessados, chamadas de “sweeteners”, atestou Baptista Júnior, indicando que algumas taxas eram ao nível de 7% fixo sobre o total do empréstimo.

A preocupação do gover-

no com a tomada de empréstimos por parte do setor público está relacionada ao expressivo montante de US\$ 14 bilhões, entre amortizações e encargos, calculado para a rolagem deste ano. Como cerca de US\$ 1 bilhão dos US\$ 6,1 bilhões das amortizações de 1985 que ficaram todo o ano passado internalizadas no Banco Central — deve ser destinado ao setor privado, sobra pouco para rolar os compromissos assumidos por empresas estatais, estados e municípios via esquema de reempréstimo.

A diferença terá de ser complementada com recursos internos, e o que se quer é evitar atropelos que possam comprometer a programação monetária, por um lado, e a política de controle do déficit público, por outro.

A Sest, sabe-se, já definiu que um quarto do serviço da dívida das estatais terá de ser rolando com recursos próprios, enquanto os estados e municípios serão obrigados a rolar com dinheiro próprio 25% de suas dívidas.